



DÉFICIT REGULATÓRIO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL¹

Dimas Pereira Duarte Júnior²

RESUMO

As abordagens de gênero nos campos da sociologia, da psiquiatria, da psicologia e do direito até a década de 1970 foram significativamente orientadas pela perspectiva binária que reforça a correspondência entre gênero e sexo biológico. A obra de Scott (1986), *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, marca a produção sobre o tema e passa, a partir de então, a exercer forte influência no Brasil. Em que pesem os avanços, a partir da década de 1980, para se superar as perspectivas reducionistas das abordagens sobre gênero, constata-se uma baixa influência destes na construção dos sistemas internacional e brasileiro de proteção dos direitos humanos. Prova disso é que tanto os tratados internacionais quanto o aparato brasileiro de direitos humanos se restringiram a enfrentar o tema sob a perspectiva binária. Esse estudo parte da premissa de que o déficit regulatório sobre a questão de gênero além de mitigar o conceito e o exercício da cidadania no Brasil, em larga escala, criam escopo para o avanço da violência contra grupos considerados a partir da sua orientação sexual e também da sua identidade de gênero. O presente estudo visa analisar o impacto dessa discussão na construção do sistema internacional e brasileiro de proteção dos direitos humanos, com ênfase na Resolução 27/32 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, intitulada “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero” e no Projeto de Lei nº 5069 para demonstrar o descompasso entre os dois documentos e a nítida inadimplência brasileira perante a sociedade internacional e o aparato onusiano de proteção aos direitos humanos.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Direitos humanos. Brasil.

¹ Texto elaborado para apresentação oral no GT Relações Étnico-Raciais e de Gênero do II Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

² Doutor em Ciências Sociais: Relações Internacionais pela PUC/SP. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIT-SE. E-mail: duartejr1@msn.com.

INTRODUÇÃO

É certo que a mulher tem sido, ao longo da história, a maior vítima da violência doméstica e familiar no Brasil e no mundo. Estatísticas mostram que na maioria dos casos de violência contra a mulher, o homem é o seu agressor e essa talvez possa ser uma das razões pelas quais se convencionou associar o termo “violência de gênero” como sinônimo de violência contra a mulher.

Para Saffioti (1994) violência de gênero é um conceito mais amplo que o de violência contra a mulher, pois abrange não só mulheres, mas também crianças e adolescentes, razão pela qual, atualmente, essa forma estrutural de violência passou a ser entendida como um reflexo da criatividade humana para infligir humilhações a pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência de seu não enquadramento nos parâmetros binário e heteronormativo de organização social.

A sobreposição de recortes inerentes ao tema tem revelado, cada vez mais, a necessidade de se especificar conceitos como categorias de análise válidas para a compreensão e estudo das relações de poder envolvendo questões relativas a sexo, sexualidade, identidade, saúde sexual e direitos reprodutivos.

A obra de Scott (1986), *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, marca a produção sobre o tema em língua inglesa e passa, a partir de então, a exercer forte influência no Brasil. Em que pese os avanços, a partir da década de 1980, para se superar as perspectivas reducionistas das abordagens sobre gênero, constata-se uma baixa influência destes na construção dos sistemas internacional e brasileiro de proteção dos direitos humanos. Prova disso é que tanto os tratados internacionais quanto o aparato brasileiro de direitos humanos se restringiram a enfrentar o tema sob a perspectiva binária.

Esse estudo tem por objetivo analisar o impacto dessa discussão na construção do sistema internacional e brasileiro de proteção dos direitos humanos, com ênfase na Resolução 27/32 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, intitulada “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero” e no Projeto de Lei nº 5069 para demonstrar o descompasso entre os dois documentos e a nítida inadimplência brasileira perante a sociedade internacional e o aparato onusiano de proteção aos direitos humanos.

Para tanto, parte da premissa de que o déficit regulatório sobre a questão de gênero além de mitigar o conceito e o exercício da cidadania no Brasil, em larga

escala, cria escopo para o avanço da violência contra grupos considerados a partir da sua orientação sexual e também da sua identidade de gênero.

1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Na história recente da humanidade pode-se constatar o embate de pelo menos três posições teóricas utilizadas para a análise das construções sociais de gênero.

Segundo Scott (1986), a primeira dessas posições, envolta na corrente inteiramente feminista, privilegia a análise das relações sociais de sexo como determinantes para a construção da dominação masculina buscando compreender as relações de gênero a partir das origens do patriarcado enquanto modelo de sociabilidade dominante.

A outra posição, de tradição marxista, é a que afirma um compromisso com as críticas feministas e passam a ser guiadas por uma teoria da história. Para essa posição teórica existe uma intrínseca relação entre família, lares e sexualidade, pois todas essas esferas são produtos da mudança dos modos de produção. Logo, nessa acepção, em que pese o fato de patriarcado e capitalismo serem dois sistemas separados, eles possuem, em algum momento, um grau de interação.

A terceira posição, fundamentalmente dividida entre pós-estruturalismo francês e teorias anglo-americanas das relações de objeto, também denominada de feminismo interseccional, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Enquanto as discussões teóricas em torno do patriarcado concentraram suas atenções na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na “necessidade” do macho dominar as mulheres e as discussões marxistas concentraram suas análises no argumento de que existe uma causalidade econômica na construção dos sistemas de gênero, as discussões pós-estruturalistas e as anglo-americanas centram seus interesses nos processos de criação da identidade do sujeito, enfatizando a influência da experiência concreta, da linguagem na comunicação, da interpretação na construção das representações de gênero e nas relações de poder delas decorrentes.

Segundo Scott (1986) os estudos sobre gênero até o final do século XX ou limitaram o conceito de gênero à esfera da família, ou da experiência doméstica, ou dos meios de produção sem, contudo, conseguirem estabelecer uma relação dessas esferas com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Seja como for, essas concepções mais serviram para reforçar a fixação de uma opinião binária masculino-feminino como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana, produtora de uma oposição invariável e monótona entre homens e mulheres.

Ainda de acordo com Scott (1986), é preciso rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária de modo a criar condições para uma historicização e uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual para encontrarmos os meios (mesmo imperfeitos) de submeter, sem parar, as nossas categorias à crítica, nossas análises à autocrítica, de maneira a rejeitar qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas.

O fato é que algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, e outras ainda se preocuparam com a formação da identidade sexual subjetiva. Mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos tarda a aparecer. Certo também é que o termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens.

No cerne do debate teórico, atualmente, o gênero é tido como categoria histórica, social e culturalmente construída, e é assumido individualmente através de papéis, gostos, costumes, comportamentos e representações.

Judith Butler (2017), nesse sentido, ressalta que o gênero precisa ser assumido pela pessoa, mas isso não acontece num processo de escolha, e sim de construção e de disputas de poder, porque, afinal, o sistema de gêneros é hierárquico e conta com relações de poder.

As identidades de gênero, portanto, abrangem a complexidade humana e, como Butler propõe, devem fugir do binarismo “homem” e “mulher”. Existem pessoas

com mais de um gênero, as transgêneros, as com gênero fluído, como as drag queens³, e o *genderqueer*⁴, que abre a perspectivas para novas formas de ser.

Welzer-Lang (2001) afirma que, por certo que as análises feministas parecem não ser suficientes para a compreensão do atual cenário de transformações por que passam as questões relacionadas a sexo, sexualidade, identidade, saúde sexual e direitos reprodutivos. Tampouco são suficientes para enfrentar a ampla relação existentes entre essas questões e as mobilidades sociais.

Diante dessa dificuldade, ressalta Welzer-Lang (2001), surge nos Estados Unidos e, posteriormente na França, a teoria *queer*, que busca agrupar todos aqueles e todas aquelas que adotam as identidades sexuais e/ou identidades de gênero em diferença com as normas e os padrões heterossexuais: gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais..., todos contestando o fato de serem colocados em categorias e classificados segundo padrões estabelecidos por um critério hetero-identificador.

Essa discussão se apresenta como relevante nesse contexto pelo fato de que acaba por revelar que se não há consenso nem representatividade acerca da questão de gênero em âmbito teórico, tampouco há ou estará próximo de haver em âmbito formal e regulatório, pois se nem os movimentos sociais foram capazes de reconhecer a legitimidade e retirar na marginalidade as vozes contestatórias da heteronormatividade, em especial o conjunto de pessoas que querem se situar fora desse binarismo sexual, menos ainda as instituições o foram ou serão, quer em âmbito internacional ou doméstico.

2. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA DE GÊNERO

No âmbito do sistema internacional de proteção aos direitos humanos pode-se afirmar que a Declaração Universal de 1948, assim como os Pactos Internacionais de 1966 serviriam como instrumentos de prevenção contra a criatividade da ação

³ Transformistas (mais conhecidos pelos termos em inglês Drag queen e Drag King) são personagens criados por artistas performáticos que se travestem com o intuito geralmente profissional artístico.

⁴ Termo que abarca várias identidades diferentes dentro de si para identidades de gênero que não sejam exclusivamente homem nem mulher, estando portanto fora do binário de gênero e da cisnormatividade.

humana, sobretudo quanto a temas relacionados à sobrevivência da espécie humana em face do flagelo da guerra.

Por certo que, sob forte influência liberal burguesa, a Declaração Universal de 1948 não avançou muito do ponto de vista formal, pois não afirmou direitos diversos daqueles que foram objeto dos clamores das revoluções do séc. XVIII, em especial aqueles relacionados com as liberdades públicas e o direito de propriedade. De sua análise, permite-se concluir que sua inovação ficou restrita ao campo analítico, pois passou a orientar discussões no plano internacional para irradiar seus efeitos no plano doméstico dos Estados que integram o sistema das Nações Unidas.

Apesar de afirmar que os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais universais são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, não atribui a eles o mesmo status hierárquico, revelando a preferência da sociedade internacional pela vertente liberal dos direitos humanos e reforçando o entendimento de que os direitos civis e políticos são instrumentos legais de luta para a conquista dos direitos econômicos e sociais sem recurso à revolução.

Assim, pode-se afirmar que sua tônica original é aquela que afirma e reafirma direitos burgueses, como a propriedade privada e a igualdade jurídica meramente formal, como um instrumento de legitimação da exploração capitalista do proletariado, ou seja, velhos direitos para novas demandas.

Por não conseguir ultrapassar os limites da mera exortação moral, a Declaração acaba por deixar a cargo dos Pactos de 1966 a tarefa da justicialização dos direitos humanos no âmbito internacional.

Esses dois Pactos, adotados no contexto da Guerra Fria, acabaram por priorizar, cada um a seu jeito, as liberdades e igualdades relacionadas à raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição, restando em absoluto silêncio no que diz respeito ao direito das minorias.

Quanto às minorias esse tema somente seria objeto de pronunciamento da Comissão de Direitos Humanos na década de 1990 que, por sua vez se restringiu a tratar do tema dando enfoques étnico, racial, religioso e linguístico⁵.

⁵ Convenção sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Linguísticas – adotada em 18 de dezembro de 1992 pela Assembleia Geral da ONU.

No que diz respeito à questão de gênero, tanto a Declaração Universal de 1948 quanto os Pactos de 1966 se restringiram a afirmar a igualdade entre homens e mulheres no exercício e gozo dos direitos neles enunciados; a proteção à maternidade; a proteção e assistência à criança e ao adolescente; e o direito à saúde, esse último expresso de forma genérica.

Sob a perspectiva da especificidade da vulnerabilidade decorrente da questão de gênero o tema somente viria à tona na década de 1970, por ocasião da adoção da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), impulsionada pelo reconhecimento do ano de 1975 como ano internacional da mulher.

A questão da violência contra a mulher, no âmbito do sistema internacional de proteção aos direitos humanos, somente vem à tona em 1993, quando o sistema interamericano adota a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, que define a violência contra a mulher como qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte, ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico ou em sofrimento para a mulher, inclusive as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, podendo ocorrer na esfera pública ou na esfera privada.

A proteção internacional dos direitos da mulher foi reforçada pela Declaração e Ação de Viena de 1993 e pela Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995.

O Brasil ratificou a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher em 1º de fevereiro de 1984 e ratificou o Protocolo Facultativo, que tratou de ampliar a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) para receber comunicações, denúncias e petições individuais, bem como realizar investigações in loco, em 28 de junho de 2002.

Em que pese o fato de a Constituição Federal de 1988 ser um forte símbolo da redemocratização do país e ter contribuído significativamente para a institucionalização dos direitos humanos no plano jurídico doméstico, sobretudo no que tange aos direitos de participação política e também aqueles relacionados às questões étnico-raciais e de gênero, sua eficácia restou bastante prejudicada no âmbito das instituições herdadas de um passado autoritário recente e de um passado remoto de estruturação em conformidade com práticas históricas e tradicionais de dominação e subjugação de grupos étnico-raciais e de mulheres.

Mesmo tendo aderido e ratificado todos os tratados internacionais gerais e especiais de direitos humanos e ter participado ativamente da Conferência de Viena de 1993 que reafirmou a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e o inter-relacionamento dos direitos humanos no âmbito internacional, as medidas seletivas e deficitárias levadas a cabo pelo Estado brasileiro para o enfrentamento da discriminação e violência contra mulher acabaram por ensejar sua responsabilização perante a sociedade internacional, em decorrência da judicialização, no âmbito do sistema interamericano, do caso da farmacêutica Maria da Penha⁶.

Apesar de ainda na década de 1980 terem surgido as primeiras Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher, somente nos anos 2000, sob o impacto e no contexto do constrangimento moral decorrente da condenação perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em decorrência do caso Maria da Penha, o Brasil aprova e coloca em vigor um novo Código Civil (2002) em substituição ao de 1916, suprimindo dispositivos que reforçaram ao longo de toda a sua história práticas discriminatórias, segregacionistas e hierarquizantes que impactavam na vida, na personalidade e na mobilidade social das mulheres no Brasil, e também uma lei específica de enfrentamento da violência contra a mulher, a Lei 11.340 de 2006, também denominada de Lei Maria da Penha.

No que diz respeito à violência contra a mulher vale ressaltar que a análise do conjunto jurídico-formal regulatório se encerra com a aprovação da Lei 13.104/2015 que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A lei 13.104/2015 é proveniente de forte pressão da sociedade civil organizada e de organizações internacionais intergovernamentais e não governamentais, que veem a muito denunciando a omissão e a responsabilidade do Estado brasileiro na perpetuação do

⁶ Em 1983, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, sofreu dupla tentativa de homicídio por parte de seu então marido dentro de sua casa, em Fortaleza, Ceará. O agressor, Marco Antonio Heredia Viveiros, colombiano naturalizado brasileiro, economista e professor universitário, atirou contra suas costas enquanto ela dormia, causando-lhe paraplegia irreversível. Posteriormente, tentou eletrocutá-la no banho. Organização do Estados Americanos (OEA) Passados mais de 15 anos do crime, apesar de haver duas condenações pelo Tribunal do Júri do Ceará (1991 e 1996), ainda não havia uma decisão definitiva no processo e o agressor permanecia em liberdade, razão pela qual Maria da Penha, o CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher) enviaram o caso à CIDH/OEA (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos). Em 2001, a CIDH responsabilizou o Estado brasileiro por omissão, negligência e tolerância. Considerou que neste caso se davam as condições de violência doméstica e de tolerância pelo Estado definidas na Convenção de Belém do Pará.

feminicídio, e reiterando recomendações para que o país adotasse ações mais efetivas contra os homicídios de mulheres.

Em larga medida, o que se denota, é que a visibilidade dada ao tema da discriminação e da violência contra a mulher, tanto em âmbito internacional como doméstico, assim como os debates acadêmicos e os movimentos sociais contribuíam significativamente para o enfrentamento das causas produtoras e reprodutoras da vulnerabilidade da mulher na sociedade brasileira. O que acaba por reforçar o argumento de que a visibilidade tem se mostrado um instrumento bastante eficaz para a construção de uma concepção emancipatória de direitos humanos em perspectiva de gênero no país, sobretudo quando contribui para revelar a complexidade e a diversidade como características intrínsecas da humanidade inserida em qualquer que seja o modelo de sociabilidade por ela adotado.

3. A RESOLUÇÃO N. 27/32 DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS E O PROJETO DE LEI 5069/2013

O Conselho de Direitos Humanos adotou no dia 26 de setembro de 2014 a resolução 27/32 que trata, dentre outros, de temas relacionados aos direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero com 25 votos a favor, 14 contra e sete abstenções⁷.

Na resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU expressou “grave preocupação” com atos de violência e discriminação, em todas as regiões do mundo, cometidos contra indivíduos por causa de sua orientação sexual e identidade de gênero e relembra o caráter universal, interdependente, indivisível e indissociável dos direitos humanos consagrados na Declaração Universal de 1948 e em todos os demais tratados e convenções internacionais dela decorrentes.

⁷ Países que votaram a favor: África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Estônia, Estados Unidos da América, Macedônia, França, Irlanda, Itália, Japão, México, Montenegro, Peru, Filipinas, República da Coreia, República Tcheca, Romênia, Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, Venezuela, Vietnam.

Países que votaram contra: Argélia, Arábia Saudita, Botswana, Costa do Marfim, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Federação Russa, Gabão, Indonésia, Quênia, Kuwait, Maldiva, Marrocos, Paquistão. Abstenções: Burkina Faso, China, Congo, Índia, Cazaquistão, Namíbia, Serra Leão.

Ao destacar as resoluções 60/251 da Assembleia Geral da ONU de 15 de março de 2006 e 17/19 do próprio Conselho de Direitos Humanos, ressalta a importância da comunidade internacional de promover o respeito universal e a defesa de todos os direitos do homem e liberdade fundamentais sem distinção de qualquer natureza de maneira justa e equitativa e empreender todos os esforços para a erradicação de todas as formas de violência motivada por discriminação de qualquer natureza.

O Conselho de Direitos Humanos, por meio da resolução 27/32, externa preocupação com o aumento dos atos de violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero e conclama a sociedade internacional a intervir em níveis internacional, regional e nacional na luta contra a violência e a discriminação motivadas pela orientação sexual e pela identidade gênero e todas as suas interfaces com outros domínios dos direitos humanos e, por fim, pede ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) que atualize seu relatório sobre as “leis e práticas discriminatórias e atos de violência contra indivíduos com base em sua orientação sexual e identidade de gênero”.

Apesar do caráter exortativo a Resolução do Conselho de Direitos Humanos tem por objetivo impulsionar o compartilhamento das práticas e maneiras de superar a violência e a discriminação na aplicação por meio do direito internacional dos direitos humanos e das normas existentes em âmbito regional e nacional, ressaltando o papel dos órgãos e sistemas de monitoramento das Nações Unidas de servir como instância e *locus* privilegiado para o exercício da diplomacia dos direitos humanos.

No que diz respeito à participação brasileira nessa discussão vale ressaltar que o país foi um dos subscritores do projeto de resolução e, em seus discursos destacou a importância de combater a violência e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, lembrando a delegação brasileira que os mecanismos de direitos humanos da ONU haviam registrado violações graves contra milhões de pessoas em razão da orientação sexual, enfatizando a obrigação dos Estados de combater essa forma de violação dos direitos humanos.

A representação brasileira destacou, ainda, que a discriminação e a violência em razão de orientação sexual e de identidade de gênero constituem num desafio enfrentado por todos os países e regiões do mundo e que, portanto, o Conselho tinha

a responsabilidade de continuar a abordar esta questão, avançando na proteção à violência perpetrada contra a população LGBT.

No seio das discussões ressaltou-se que em mais de 76 países ainda há a criminalização das relações sexuais consensuais adultas entre pessoas do mesmo sexo, enquanto que em muitos outros países a discriminação contra as pessoas LGBT é generalizada – inclusive no local de trabalho e nos setores da educação e da saúde, senão por meio da lei, por meio de práticas históricas e tradicionais que permeiam a formação da consciência coletiva da população.

E no caso brasileiro, isso não é diferente. No plano das práticas coletivas os dados revelados pelo 2º Relatório sobre Violência Homofóbica, publicado pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República em 2012, parece se coadunar com o estudo realizado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), alicerçado em quase duas décadas de trabalho do mecanismo de direitos humanos da ONU, que revelou um “padrão profundo e perturbador de violência e leis discriminatórias e práticas” afetando as pessoas baseado na sua orientação sexual e identidade de gênero.

Efetivamente, no que diz respeito à questão de gênero, o que se denota é que há um forte descompasso entre o discurso oficial balizador da política externa brasileira tanto em âmbito bilateral quanto nos fóruns multilaterais e as práticas legais, institucionais e coletivas. Prova disso pode ser encontrada no projeto de lei 122/2006 que visava criminalizar a homofobia no Brasil e que após nove anos de discussão fora arquivado e o projeto lei 5069/2013 que representa um forte retrocesso no que diz respeito aos direitos reprodutivos e saúde sexual da mulher.

No primeiro caso, o país retrocede em matéria de direitos humanos e entra em rota de colisão com os tratados e convenções internacionais dos quais é signatário, em especial com a própria resolução 27/32 de 2014 do Conselho de Direitos Humanos, pelo fato de que desconsidera a recomendação expressa do Comitê de dar visibilidade à discussão sobre orientação sexual e identidade gênero como forma de contribuir para a erradicação da violência por tais motivações.

No segundo caso, retrocede-se por colidir não só com o que tem sido pauta da política externa brasileira para os direitos humanos como também por colidir com todos os avanços legais, institucionais e sociais no que tange à eliminação da discriminação e violência contra a mulher.

No caso do projeto de Lei 5069 o que se denota é um retrocesso que desconsidera toda uma pauta de reivindicações sociais construída ao longo de décadas pelo movimento feminista, sob todas as suas vertentes. E no caso, em especial da homofobia, revela um déficit regulatório que não só contribui para a propagação de práticas históricas e tradicionais de violência como também para a construção de uma concepção emancipatória de direitos humanos e dignidade humana, orientada no direito à diferença e na autonomia para determinar seus próprios destinos, sobretudo quando se trata de liberdades, identidades dos sujeitos em relação a seus corpos, desejos, ansiedades e necessidades humanas⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por certo que o modelo de sociabilidade influenciou diretamente na construção da ideia de sexo, sexualidade, identidade sexual, direitos reprodutivos e, conseqüentemente, na ideia de autonomia, liberdade e autodeterminação do sujeito sobre seu próprio corpo.

Esse modelo de sociabilidade, calcado na estrutura patriarcal, patrimonialista, binária e heteronormativa não só negou direitos como, também, contribuiu para a negação do direito a ter direitos a grupos ou coletividades que, por não se enquadrarem aos padrões orientadores daquilo que se convencionou denominar de “questão de gênero”, seriam detentores de vidas que não podem ser vividas, não podem ter direitos ou não valem a pena ser protegidas.

Durante boa parte da história do pensamento humano a expressão “gênero” foi utilizada para designar questões afetas à realidade feminina. Isso acabou por selar as pautas relacionadas às discussões de gênero com as pautas dos movimentos feministas. Se por um lado essa identificação contribuiu para dar visibilidade à questão feminina, por outro não foi capaz de dar respostas a outras esferas das relações de

⁸ A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, em 14/12/2017, a transformação de uma sugestão legislativa sobre a criminalização da homofobia (SUG 28/2017) em projeto de lei. O texto, apresentado por um internauta por meio do portal e-Cidadania, propõe tornar crime a agressão motivada por preconceito contra gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans. A criminalização da homofobia era o objetivo de um projeto de lei de 2006, arquivado após nove anos de discussão.

poder atreladas à questão de gênero, como a identidade sexual, a orientação sexual, a saúde sexual e os direitos reprodutivos.

Somente a partir das décadas de 1980 e 1990, com o surgimento dos escritos de Scott e Butler a discussão sobre gênero alcança outras esferas para além da família, das experiências domésticas e dos meios de produção, se contrapondo, além disso, à fixação de uma opinião binária como única relação possível e como aspecto permanente da condição humana.

No âmbito internacional a discussão em torno da questão de gênero deu origem a tratados e convenções que trataram de afirmar a igualdade entre os e sexos, a igualdade entre homens e mulheres, a liberdade da mulher, a proibição da violência contra a mulher, dentre outros. Somente no ano de 2014 o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas aprova a resolução 27/32 que trata de assuntos relacionados com a orientação sexual e identidade de gênero.

É preciso revelar que esse déficit regulatório no cerne do sistema onusiano de proteção dos direitos humanos, acoberta o fato de que, no mundo, segundo dados de 2017 da ILGA (The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), pelo menos 72 (setenta e dois) países, estados independentes ou regiões criminalizam a homossexualidade e, dentre esses, 08 (oito)⁹ aplicam a pena de morte a homossexuais.

No âmbito brasileiro, o que se denota é que as medidas e práticas legislativas, assim como os discursos e vozes que ecoam dentro do Poder Legislativo, têm contribuído significativamente para reforçar o argumento de que a identidade do corpo da pessoa é dotada de um componente imutável, que é o sexo biológico, do que para dar visibilidade ao argumento de que os corpos são significados dentro de um quadro normativo, não levando em conta outras dimensões da dignidade humana relacionadas com a autonomia do sujeito para definir seu gênero e seu próprio corpo.

Apesar de haver certa garantia, proteção e reconhecimento, sob a perspectiva institucional, da população LGBTI, o protagonismo não recai sobre o Poder Legislativo, mas sim sobre a o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Cumprindo salientar que, nem mesmo a Constituição Federal de 1988 fez referência à discriminação em razão da orientação sexual ou à violência de gênero,

⁹ Nigéria; Somália; Yêmen, Sudão, Síria, Iraque, Arábia Saudita e Iran.

tendo o legislador constituinte feito a opção por fazer referência ao sexo e não às outras faces das questões de gênero.

Essa opção parece exercer um papel fundamental na realidade da população LGBTI no país, pois, pelo fato de não haver lei específica para o enfrentamento homofobia, esse tipo de violência acaba registrado como outro tipo de crime, como discriminação, injúria ou agressão, maculando a vulnerabilidade dessa população.

A reação do Poder Legislativo aos projetos de Lei 122/2006 que visava criminalizar a homofobia, e, ainda, as ações articuladas pelo Poder Executivo, como a que ocorreu em 2011 por ocasião o lançamento do pacote “Escola sem Homofobia”, pejorativamente apelidado de “kit gay”, reverberam no Projeto de Lei 5069/2013 que retrocede nas esferas em que algumas conquistas já haviam sido assimiladas até mesmo por instituições herdadas de um passado autoritário recente da história brasileira.

Assim, em que pesem os fatos de o Brasil ter dado uma resposta governamental eficiente à AIDS, ter reconhecido a união e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, ter assegurado o direito à redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde, ter assegurado o direito de uso do nome social, há que se ressaltar que nenhuma dessas conquistas foi obtida no âmbito do Poder Legislativo. Isso, por si só, já demonstra o déficit legislativo e sua intrínseca relação com a violência que assola e vitima cotidianamente a população LGBTI no país e com a responsabilidade, por ação e omissão, das instituições para alimentar e retroalimentar esses números.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (orgs). Gênero e Violência. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 5069/2013. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1061163. Acesso: 05/04/2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ILGA. Sexual Orientation Laws in the word – criminalisation. In: Maps – sexual orientation laws. May, 2017. Disponível em: <https://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/> Acesso: 05/04/2018

NATIONS UNIES. Assemblée générale. Droits de l'homme, orientation sexuelle et identité de genre A/HRC/27/L.27/Rev.1. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session27/Pages/ResDecStat.aspx> Acesso: 05/04/2018.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acesso: 05/04/2018

WELZER-LANG, DANIEL. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Rev. Estud. Fem., 2001, vol.9, no.2, p.460-482.